

Na opinião de Vidigal, agora 'deve dar certo'

O presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, crê que o **pacote** econômico do governo foi o último e deve dar certo, pois completou e fez adaptações nas medidas adotadas há 15 dias. "Agora, parece que o **pacote** está consistente e devemos esperar resultados favoráveis para a economia brasileira", disse com certo otimismo e lembrou que, antes de seis meses, não vê nenhuma possibilidade de recuperação para o setor industrial. Mas admite que com as últimas medidas a inflação (que este ano deve ficar em torno de 130%) deve cair. Isso em função da diminuição dos déficits públicos, da redução de subsídios e das despesas das estatais. Vidigal acrescentou, ainda, que no último **pacote** o governo foi coerente, porque na área do funcionalismo público respeitou os direitos adquiridos e, nas estatais, cortará todos os abusos. As alterações na correção monetária, que não mais acompanhará os reajustes cambiais, foi positiva, em sua opinião, e ainda há garantia de que o câmbio não será superior à inflação, afastando qualquer possibilidade de uma nova maxidesvalorização do cruzeiro.

Paulo Francini, diretor do Departamento de Comércio Exterior da Fiesp, também não acredita em nova maxidesvalorização. Ele lembra que, com o expurgo, a correção ficará abaixo da inflação. Acha que não é coerente o País querer exportar e pensar em fazer alterações na taxa cambial para baixo, mas teme que o governo seja obrigado, politicamente, a dar um pequeno toque

nessa área para mostrar sua coerência política.

ALTERAÇÃO DO CIP

As novas alterações do CIP representam uma perda real para as indústrias, na opinião de vários empresários paulistas. Para Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, a medida tem que ser temporária, porque a maioria das indústrias não aguenta mais do que 120 dias, enquanto outros setores, nem esse prazo. Para ele a continuidade de casos excepcionais foi sensata, porque muitos setores, como os que trabalham com matéria-prima derivada de petróleo, terão necessidade maior do que o que foi aprovado e, portanto, irão discutir caso a caso com o CIP. De qualquer forma, o percentual aprovado não pode vigorar indefinidamente, porque será um sacrifício insuportável ao setor industrial.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica, Firmino Rocha de Freitas, diz que, na realidade, muitas empresas já não estavam praticando os 90% por causa da concorrência, mas, de qualquer forma, não sabe agora como vão fazer para agüentar os aumentos de custos e a única vantagem — em seu ponto de vista — é que a permissão de reajustes será mensal e não trimestral como estava sendo cogitada. Nesse sentido, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho acrescentou que a maioria das empresas estava praticando 90% da ORTN e que essa nova perda de mais 10% de uma correção já expurgada, terá um reflexo claro de perda para as empresas.